

# Anos de chumbo: as marcas de uma história que não acabou

*Demissões, aposentadorias compulsórias, prisões e intimidações nas universidades. Estratégicas para o governo, reuniam a influência dos professores e a "rebeldia" dos estudantes*

**Ady Carnevalli e Flávia Lopes**  
Repórteres

*Maria Andrea Loyola: "Fui acusada de coisas malucas por causa de tópicos extraídos de forma descontextualizada de um manual de antropologia. As pessoas atravessavam a rua para não cruzarem comigo"*

Em 21 de julho de 1925, uma sentença da Corte dos Estados Unidos condenava à prisão o jovem John Scopes, 24 anos, professor de ciências de um colégio de Dayton, Tennessee. Ele teria violado a lei que proibia o ensino da Teoria da Evolução nas escolas públicas do país. Já em 1969, os professores da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Maria Andréa Loyola e Alexis Stepanenko, foram vítimas de um inquérito administrativo movido por alguns de seus colegas e pela própria reitoria. Loyola foi processada sob imputações de

pregar, entre outros conceitos, o evolucionismo, o mesmo que arruinara Scopes quatro décadas antes. O processo contribuiu para que a professora, então com 29 anos, fosse enquadrada pelo Decreto 477/69, e aposentada compulsoriamente pelo Regime Militar.

Durante os anos de chumbo no Brasil, professores foram cassados do serviço público, aposentados contra a vontade, espionados e perseguidos. Muitos foram presos, exilados e afastados de suas famílias. O final dos anos 1960 e início da década de 1970 foi o período mais agudo,

atingindo também líderes estudantis. Juiz de Fora (MG) foi palco de prisões arbitrárias. Na cidade de onde partiram as tropas comandadas pelo general Olympio Mourão Filho, rumo ao Rio de Janeiro, para a concretização do que chamava de "revolução", boa parte da população apoiava o golpe. A universidades exigiam atenção especial. Estratégicas para o governo, reuniam a influência dos professores e a "rebeldia" dos estudantes. Além disso, dentro das próprias instituições, não eram raras as denúncias e aberturas de inquéritos contra colegas de profissão.

Além da Teoria Evolucionista, Loyola foi responsabilizada por difundir o amor livre, o infanticídio e o tabu do incesto. “Fui acusada de coisas malucas por causa de tópicos extraídos de forma descontextualizada de um manual de antropologia que havia indicado a meus alunos. As pessoas atravessavam a rua para não cruzarem comigo”, conta. Filha de general, a professora diz não ter participado de militância partidária. Mesmo assim, tornou-se alvo. Segundo ela, na época, não era tolerado que uma mulher ocupasse cargos importantes. “Eu tinha sido indicada para as cadeiras de Sociologia e Antropologia na UFJF e era chefe de gabinete do prefeito Itamar Franco.”

Não foi presa, mas além da precoce aposentadoria, teve que deixar o país. No exílio, em Paris, chegou sem saber falar francês, conheceu brasileiros que haviam sido torturados e enfrentou uma série de dificuldades. “Por outro lado, eu estava no centro do mundo e pude frequentar os seminários dos filósofos, sociólogos e antropólogos mais importantes daquele país. Foi uma experiência para toda a vida.”

## 155 DOCENTES AFASTADOS

O livro “As Universidades e o Regime Militar”, do professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Rodrigo Sá Motta, revela que 155 docentes foram demitidos ou aposentados compulsoriamente, no país, com base nos atos institucionais 1 e 5. As universidades de São Paulo (USP), do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Rio Grande do Sul (UFRGS) aparecem como as principais atingidas, com 30 afastamentos cada. Em seguida, as de Minas Gerais (UFMG) e de Pernambuco (UFPE), com 15. No entanto, Motta admite que este número possa ser ainda maior. “Demissões ou aposentadorias são mais fáceis de identificar, pois deixam registros. Mas há casos cujos contratos foram barrados e este esclarecimento dependerá de pesquisas detalhadas em cada instituição.”

A tensão imposta aos professores e estudantes tinha inúmeras faces. Mesmo aprovados em concursos ou vestibulares, muitos não conseguiam o acesso à universidade. Por outro lado, oficiais das Forças Armadas eram matriculados a partir de seleções suspeitas. “Alguns não eram espiões, pois seriam identificados, por exemplo, pelo corte de cabelo. O seu papel era fazer pressão psicológica.” Segundo Motta, as perseguições eram quase sempre orientadas pela percepção de que se tratava de inimigos do regime, em geral, “subversivos”, ou seja,

comunistas e socialistas. “Pessoas acusadas de desvios morais também eram mal vistas, como suspeitos de uso de drogas e docentes classificados como sexualmente desviantes. Além disso, professores foram aposentados ou demitidos, inclusive dois reitores, por terem apoiado movimentos estudantis.”

Na UFJF, embora o afastamento de Loyola seja o único caso oficial de aposentadoria compulsória, não são poucos os relatos de professores e estudantes perseguidos, devido às relações partidárias, às supostas ligações com movimentos de oposição ou por manterem suas opiniões em meio ao período de ameaças e atrocidades.

## A PRIMEIRA PRISÃO

Quando o então presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora, Peralva de Miranda Delgado, assinou o documento de doação do terreno para a construção do campus da UFJF, em 1963, escrevia um dos importantes capítulos da história da Universidade. O vereador já atuava na área da Educação, como professor de geografia do Colégio Machado Sobrinho e professor-fundador de escolas da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos. Ainda em 1963, foi dele o discurso que deu o título de cidadão honorário ao presidente João Goulart. Era um dos políticos mais influentes da cidade. No ano seguinte, porém, sua vida mudaria para sempre.

Exatamente às 7h de 31 de março de 1964, o dia do golpe. Peralva chegava à Faculdade de Direito, onde hoje funciona o Fórum da Cultura, para lecionar pela primeira vez na instituição. No entanto, levado por militares, foi um dos primeiros presos da ditadura. Teve o mandato cassado, por ordem de Mourão Filho, e, entre prisões e libertações, ficou detido por três meses no Quartel General (QG) do bairro Mariano Procópio, em Juiz de Fora, e no presídio de Lagoa Santa (MG). “Soltavam e prendiam. Levavam e traziam. Era uma tortura psicológica”, conta o filho Peralva Júnior, hoje médico no interior de São Paulo. Na época, tinha 6 anos, mas da memória não saem as imagens de um tempo sombrio. “Lembro de soldados entrando na minha casa, de camburões passando nas ruas e de familiares que, com medo, queimaram todos os livros de casa.” Júnior chegou a visitar o pai no QG, mas nunca mais moraram juntos. “Ele foi para o Rio de Janeiro e eu fiquei com minha avó. Passamos a ter encontros esporádicos, mas espetaculares.”

Colega de Miranda na Câmara, Nery de Mendonça perdeu seus direitos políticos e teve a carreira de professor e a vida de estudante brutalmente

interrompidos. O vereador lecionava no Colégio Técnico Universitário (hoje Instituto Federal do Sudeste de Minas), então ligado à UFJF, e no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Era também acadêmico de Direito da Universidade, até o fatídico 31 de março, quando foi preso. Segundo uma das filhas, Rosa Berg de Mendonça Magalhães Arruda, o pai era acusado de ser comunista. “Como era ligado ao PTB e havia homenageado Oscar Niemeyer, Mourão pediu sua cassação imediata.”

No QG, em Juiz de Fora, escreveu em folhas de papel higiênico o que vislumbrava ser um documento para a posteridade: o “Diário da minha prisão para a história”. Segundo a filha, foram seis prisões, e a família, com mulher e seis filhos (um deles a caminho) ficou desamparada. “Não tivemos apoio. Eu tinha 9 anos e fui obrigada a me tornar adulta.”

## SALVO PELO BISPO E PELO REITOR

“Se o senhor é professor de histologia e de embriologia, por que a preocupação social e política?”, indagou o major. “Porque tenho que ter visão vertical da especialidade e horizontal do mundo, pois universitas vem de universal, visão de tudo”, respondeu Itamar Bonfatti. O inquisidor então mudou de assunto. Professor da Faculdade de Odontologia, Farmácia e Bioquímica, que funcionava na Rua Espírito Santo, Bonfatti, embora não tenha participado de grupos ou partidos contrários à ditadura, era abertamente contra o regime. Acusado de promover reuniões subversivas, teve livros apreendidos e ficou preso, em 1972, na Penitenciária de Linhares, em Juiz de Fora. Foram 15 dias em cela isolada, interrompidos apenas com a intervenção do bispo local, Geraldo Penido, e do reitor da UFJF, Gilson Salomão.

O professor, que “espalhou” os cinco filhos em casas de amigos, afirma apenas ter dado abrigo a parentes de presos e a presos recém-libertos. “Dávamos apoio logístico não por oposição à ditadura, mas por uma questão de fé. Sempre fui uma pessoa incômoda, por militar em áreas que nem o golpe conseguiu limitar, a Universidade e a Igreja”, observa. “Quem era contra o regime, era taxado de comunista. Eu tinha um aluno coronel e outros dois sargentos, e os tratava cordialmente, sem esconder minhas posições.” Paradoxalmente, esta postura em um dos interrogatórios salvou sua esposa. “Soube mais tarde que havia um mandado de prisão para ela, caso eu caísse em contradição.”



Reencontro: Renê Matos (à esquerda) foi reitor da UFJF e continua lecionando. Itamar Bonfatti, aposentou-se como diretor do Instituto de Ciências Biológicas da UFJF

## O OFICIAL QUE PRESIDIU O DCE

Nos arquivos da Polícia Política de Minas Gerais, a pasta 840 fala do inquérito contra um “marginado”, acusado de panfletagem e ações pró-comunismo. Em 1972, Renê Gonçalves de Matos respondia por uma trajetória de liderança estudantil e pelas relações com outros movimentos. Em 1966, havia entrado para a Juventude Universitária Católica (JUC). Ele sairia da organização quando esta se tornara leninista, mas o vínculo continuaria sendo questionado. No ano seguinte, tornou-se presidente do Diretório Acadêmico de Farmácia e Odontologia e, em 1968, chegou à presidência do Diretório Central dos Estudantes (DCE).

Neste período, mesmo já oficial da reserva do Exército, lutava contra o regime. Foi um dos 800 estudantes encurralados, com bombas de gás, pela Polícia Federal, na Faculdade de Filosofia e Letras, em Belo Horizonte, no Congresso da União Estadual dos Estudantes (UEE). Também estava no famoso Congresso da UNE, em Ibiúna (SP), em 1968, quando foi preso e obrigado a retornar à cidade. “Era um tempo muito estranho. Juiz de Fora tinha 250 mil habitantes. A Universidade tinha menos de mil alunos. Todo mundo se conhecia e alcaguetes estavam nas

salas. A pobreza intelectual daquele momento transformou algumas pessoas em revolucionários perigosíssimos.”

Sua prisão, porém, aconteceu quando já não era mais universitário. Acusado de liderar um movimento contra o Tradição, Família e Propriedade (TFP), grupo de direita ligado à Igreja Católica que combatia o comunismo, Matos ficou preso no QG por 24 dias, sendo 12 sem comunicação. Teve que responder inclusive porque tinha abandonado os livros militares na casa onde morava, a República dos Inocentes. “Tinha ficado dois anos fora e deixado alguns objetos pessoais que a polícia encontrou, entre eles, estes livros”, conta. “Para um cara natural de Chiador (MG), vindo lá da roça, imagine o impacto da minha prisão. Mas minha família soube compreender.”

## UM TEMPO PASSADO A LIMPO

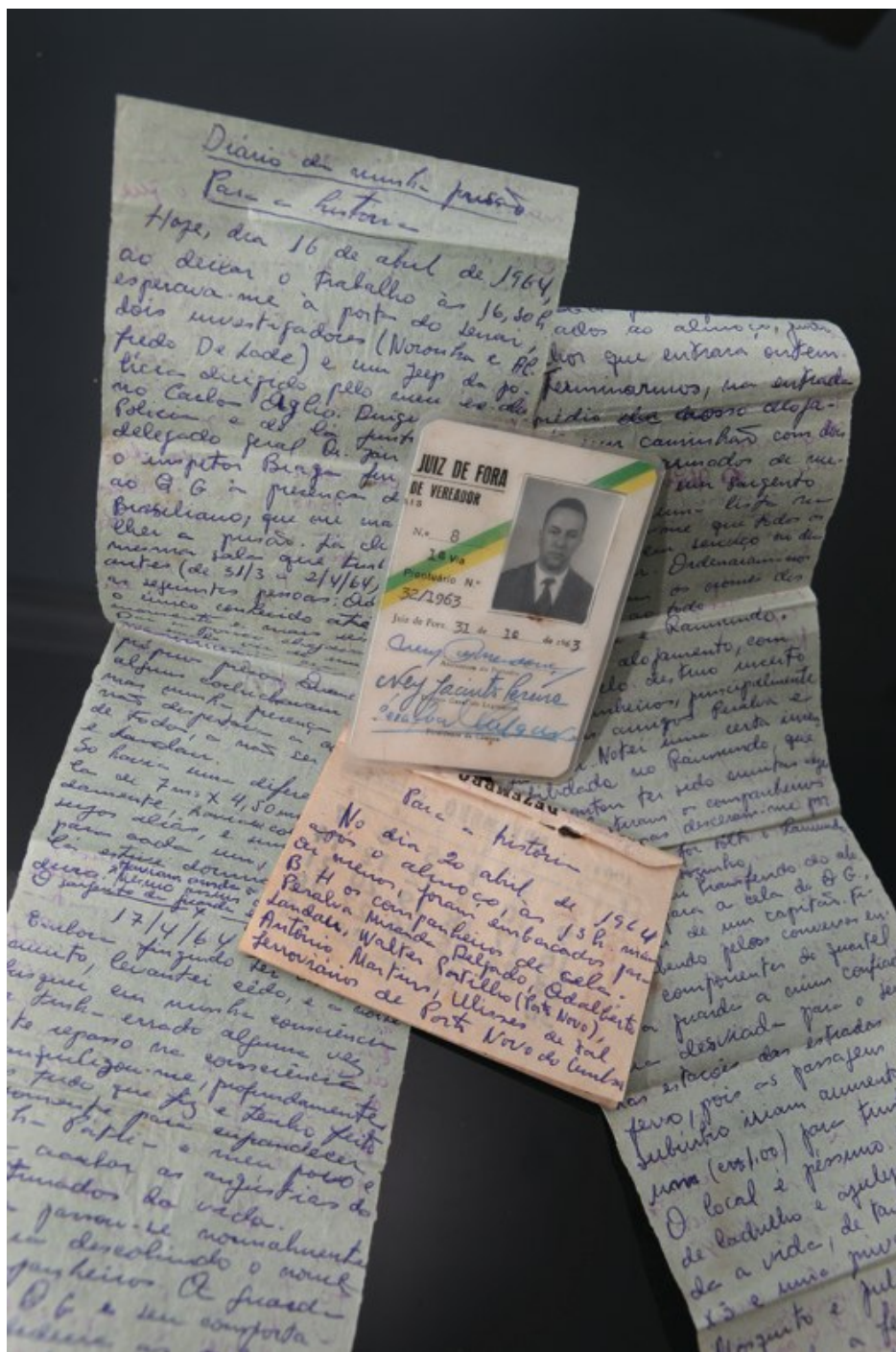
Muitas das chagas abertas pela ditadura permanecem não esclarecidas. No entanto, os personagens desta reportagem deram a volta por cima e, após a negra tempestade, vivenciaram conquistas e superações. Loyola, com a anistia, assumiu a direção do Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), entre 1988 e 1991. Em 1992, seria rein-

corporada à UFJF, quando recebeu o convite para presidir a Capes, onde permaneceu até 1994. Em seguida, voltou à UERJ, onde é professora emérita e pesquisadora associada. Delgado seguiu a carreira de professor na Universidade Gama Filho (RJ), onde foi diretor da Faculdade de Filosofia e vice-reitor comunitário, cargo ocupado por mais de 20 anos. Morreu em agosto de 2013. “Era uma mente inteligente, uma oratória fabulosa. Pôde transferir muita informação”, orgulha-se o filho Júnior.

Ao sair da prisão, Mendonça teve que começar do zero. Passou a trabalhar em açougues e firmas de tempero. Mais tarde, conseguiu concluir o curso de Direito no Instituto Vianna Júnior. Quando os ex-presos políticos passaram a ter direito a indenizações pelo Estado, Ele se negou a receber o benefício, assim como Peralva já havia se negado. “Dizia que havia lutado por um ideal e que dinheiro nenhum pagaria isso”, conta a filha Rosa. O advogado morreu aos 86 anos, em 2009. Bonfatti continuou sua carreira na UFJF e aposentou-se como diretor do Instituto de Ciências Biológicas (ICB). Renê Mattos foi diretor da Faculdade de Farmácia, de 1990 a 1994, e reitor da UFJF, de 1994 a 1998. Em 2000, candidatou-se à Prefeitura de Juiz de Fora, obtendo expressiva votação. Continua lecionando na UFJF e lamenta ter que se aposentar em novembro, quando completa 70 anos.

## COMISSÕES DA VERDADE

As comissões da Verdade, instauradas para apurar crimes praticados pelo Regime, são a esperança de elucidar uma história que ainda não terminou. “É necessário investigar fatos que estavam ocultos”, avalia Bonfatti. “A pior sensação é a da injustiça”, diz Loyola, que afirma querer ser ouvida. “Quero que encontrem meu processo. Quero entender o que aconteceu.” Para Matos, “trata-se de uma questão ética e moral”. O esclarecimento do assassinato do ex-reitor da Universidade de Brasília (UnB), Anísio Teixeira, é um exemplo da recuperação dos fatos. Em março de 1971, seu corpo foi encontrado no fosso do elevador da casa do colega e filósofo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, no Rio de Janeiro. Mesmo com laudos médicos apontando grandes lesões no crânio, incompatíveis com a queda, a primeira versão oficial tratava o fato como acidente. Depois, a polícia quis incriminar serventes do prédio, o que fez com que familiares desistissem do processo. O caso voltou à tona em 2012, com a instauração da Comissão de Memória e Verdade da UnB. A conclusão foi de que Teixeira foi levado para o quartel da Aeronáutica, em Brasília, torturado e, dois dias depois, jogado no fosso do elevador. Criada em abril de 2014, a Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora (CMV/JF) também busca o resgate de crimes praticados pelo Regime. A comissão reúne hoje 19 depoimentos cedidos por outras iniciativas, como a Comissão da Anistia do Ministério da Justiça. Segundo a jornalista Fernanda Sanglard, membro da CMV/JF, as buscas a documentos e relatos inéditos contribuem para que uma nova história seja contada. Professores e alunos da UFJF atuam diretamente nas investigações, após assinatura de convênio de cooperação.



Nery de Mendonça perdeu direitos políticos e teve a carreira de professor interrompida. Foi preso seis vezes. Em uma dessas prisões, no Quartel General em Juiz de Fora, escreveu em folhas de papel higiênico o que vislumbrou ser um documento para a posteridade: “Diário da minha prisão para a história”

### + MAIS

Canais de comunicação com a Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora:

Telefone: 0800-970-0707  
[pjf.mg.gov.br/comissaodaverdade](http://pjf.mg.gov.br/comissaodaverdade)  
[facebook.com/comissaoverdade](https://facebook.com/comissaoverdade)  
[comissaoverdade@pjf.mg.gov.br](mailto:comissaoverdade@pjf.mg.gov.br)

“As universidades e o regime militar”, de Rodrigo Patto Sá Motta. (Zahar, 2014)